

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA  
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO,  
REALIZADA NO DIA 17 DE DEZEMBRO DE  
2012:-----**

Aos dezassete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e doze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão, pelas quinze horas e cinco minutos teve lugar a quinta e última sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**I- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1-** APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2012.

**II-PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

- 2.1-** – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;
- 2.2-** MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012- 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.3-** PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO PARA ACESSO AO PAEL, NOS TERMOS DA DECISÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL, QUE INCLUIU:- 2.3.1- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 6 500.000 EUROS PARA CONSOLIDAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS, ONDE SE INCLUI O EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, COM MATURIDADE DE 20 ANOS; 2.3. 2- PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DO ARTIGO 41º DA LEI 2/2007, REGULAMENTADO PELO DL38/2008 DE 7 DE MARÇO E PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL, QUE CONTEMPLA UM EMPRÉSTIMO A 20 ANOS NO VALOR DE 3 702 977.73 €, CONCEDIDO PELO GOVERNO COM PRAZO DE MATURIDADE DE 20 ANOS E TAXA DE JURO DE 3,22%=- APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.4-** PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2013 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4 º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO/= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

- 2.5-** -PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2013= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.6-** ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO, ÀS REGRAS E CRITÉRIOS DA LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO/REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.7-** PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA – ESPAÇOS MUNICIPAIS , E.M.= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;
- 2.8-** APRECIÇÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE EMPRÉSTIMOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011;
- 2.9-** CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= COMUNICADO PÚBLICO: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA NO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO=CONHECIMENTO;
- 2.10-** ANMP-PROJETO DA LEI Nº 320/XII. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS= CONHECIMENTO
- 2.11-** STAL-SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL= PRONUNCIAMENTO DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS SOBRE A EXTINÇÃO DE FREGUESIAS, NOS TERMOS DA LEI 22/2012, DE 30/05= CONHECIMENTO;
- 2.12-** COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES= DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012, SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA= CONHECIMENTO
- 2.13-** COMISSÃO DE UTENTES CONTRA AS PORTAGENS NA A25, A25 E A23= CONHECIMENTO

### **III PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinadas

os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Fernando Abel Simões, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Márcia Sofia Gonçalves Marques, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Hélder Luís Santos Pereira, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, José Marques Duarte da Cruz, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência dos Srs. Deputados Edite da Conceição Alves da Cruz e Pedro Miguel Soares Veloso que justificaram a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 21 DE SETEMBRO DE 2012. Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por maioria com 27 votos a favor e uma abstenção do Partido Socialista (Sr. Deputado José Cruz).

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Fernando Abel, Boto Martins e César Branquinho.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel este fez a intervenção constante do anexo n.º1 que faz parte integrante desta ata.

O Sr. Presidente da Assembleia discordou do afirmado pelo Sr. Deputado dizendo-lhe que o povo alemão não amava Hitler como foi afirmado na parte final da sua intervenção.

Pedi a palavra para pedir um esclarecimento a Sra. Deputada Inês Matos que solicitou ao Sr. Deputado que esclarecesse a base da sua afirmação quando disse que lhe pareceu que as propostas de agregação das freguesias foram negociadas com alguém, dando a entender que alguém andou por trás a fazer qualquer tipo de negociação. Esta decisão foi tão imposta ao Sr. Deputado e aos Santacombadenses como aos Municípios que pertencem à bancada do PSD. Gostava que esse esclarecimento fosse prestado pois nenhum dos Deputados da bancada do PSD se identifica com negociações obscuras, não é porque o Partido do Governo é o mesmo que haverá qualquer à vontade dos Deputados aqui sentados para telefonar ao Sr. Dr. Passos Coelho ou ao Sr. Ministro Miguel Relvas “olha desculpa lá mas aqui em SCDão até dava jeito esta ou aquela agregação”. Quanto à sensibilidade com que o assunto foi tratado, a insensibilidade não foi do PSD e o Sr. Deputado não se pode esquecer que a Lei não pedia nem exigia que os Srs. Deputados do PS ou do PSD se posicionassem ou demonstrassem a sua posição sobre o assunto. Aqui o que interessava era que a Assembleia Municipal, conjunto de todos estes Deputados democraticamente eleitos se posicionasse ao fim de uma discussão interna, com a população, entre nós, para que no fim pudéssemos tirar conclusões e mandarmos uma proposta, coisa que não fizemos, a Assembleia Municipal de SCDão tem que se orgulhar disso, apesar do assunto ter estado na ordem do dia e foi bem pedido, foi bem

discutido, foi bem lamentado pelo Sr. Presidente da Assembleia que efetivamente os dois grupos parlamentares não se conseguissem sentar para discutir este assunto quanto mais não fosse para chegar a essa conclusão: não queremos, não é bom para os Santacombadenses. Relembrou também que não iam esquecer quando é que o assunto se iniciou, é verdade que não era um assunto que constasse do programa eleitoral do PSD, não, ele constava do memorando que tinha sido assinado antes que esse programa fosse apresentado, este memorando estava assinado e essa medida estava lá. Em setembro trouxe o memorando à Assembleia, leu-o e foi bem claro que a medida estava no memorando que foi assinado pelo Sr. Eng. José Sócrates. Está lá, está assinado, aceitou-se essa reforma, não só de agregação de freguesias como no futuro provavelmente a extinção de alguns Municípios. Portanto Sr. Deputado não podia constar desse programa eleitoral porque efetivamente já constava do memorando que foi assinado e foi assinado pelo Governo do PS. Esta reforma foi iniciada pelo Governo do PS e era importante que agora podendo concluir pelo mesmo não, se pudesse discutir o assunto coisa que não foi feita aqui. Gostava de saber em que é que se baseia para dizer que houve negociações, parecia-lhe pelo que deu a entender obscuras por trás destas agregações que foram impostas, impostas a SCDão, sem SCDão ter tido oportunidade de se pronunciar sequer.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel para responder este começou por agradecer as questões pois considerou que estavam ali para fazer um bocado de história. Disse não ser preciso ir muito longe, estávamos em 10 de julho e numa entrevista dada ao Diário de Viseu, dizia-se ao tempo da agregação da Freguesia do Couto do Mosteiro em relação a SCDão, isto é mentira? Vamos à procura dos jornais dessa data. Não estavam a falar de cor. Também não tinha escondido que de facto foi no Governo do PS que esta questão foi tratada, também disse que o assunto foi tratado com o então Secretário de Estado da Administração Local e Regional e que ele mesmo ao tempo fez démarches no sentido de tentar que houvesse uma Lei que fosse negociada com os interessados, o Governo não teve continuidade e naturalmente não apresentou a Lei e quem veio com uma Lei e essa sim é que nos tem sido imposta foi a Lei apresentada pelo PSD e pelo Governo. Parecia-lhe que não havia qualquer dificuldade. Obscuro não disse e tinha escrito, o que o levava a pensar era que esta questão foi tratada e foi tratada pois já muito antes se dizia que era possível fazer esta agregação e que era desejável fazer esta agregação. É a leitura feita.

Pedi a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que da intervenção do Sr. Deputado Fernando Abel havia alguma falta de seriedade política intelectual porque quer colocar um ónus em quem não o tem. Primeiro o Sr. Deputado deveria provar que tipo de negociações é que houve e depois faz uma argumentação que só prova que não devem ter visto a Lei, não se preocuparam com ela e não fizeram análise à Lei, qualquer pessoa com o mínimo de inteligência, não era preciso ser um superdotado, olhava para aquela Lei e percebia que a única freguesia com continuidade territorial urbana em relação a SCDão era a freguesia do

Couto do Mosteiro, depois era a questão de Nagozela, estas duas sim aqui referidas, não por ele, mas era a verdade resultante da análise da Lei, nós não negociamos, sabe que esse tempo das negociações feitas por elementos do PS com os seus Governos já passou, agora infelizmente para nós não temos esse tipo de acesso aos Órgãos do Poder, portanto não venham com esse tipo de insinuações porque para ele e para os membros da Assembleia do PSD isso passa perfeitamente ao lado.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel para afirmar que o que sempre foi dito pelo PS em relação a esta questão foi exatamente o mesmo que foi dito pelos colegas da Assembleia Municipal de Mortágua eleitos pelo PSD e por isso perguntava onde estava o mal.

Também pediu novamente a palavra a Sra. Deputada Inês Matos para dizer que os Deputados da Bancada Parlamentar do PSD repudiavam veementemente as afirmações que foram feitas contra si, porque foi isso que pediu ao Sr. Deputado Fernando Abel que viesse explicar com que base, pois dirigiu-se à Bancada do PSD e a mais ninguém e não soube esclarecer nem a nós nem ao público onde nos viu envolvidos nesse tipo de negociações e portanto vem a Bancada Parlamentar do PSD repudiar veementemente as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Fernando Abel feitas sem qualquer fundamento nem razão.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou que todos já tinham marcado a sua posição e deu por terminado o assunto.

Foi dada a palavra ao Sr. Deputado Boto Martins que começou por referir a questão anteriormente tratada dizendo que na sua opinião se a Bancada Parlamentar do PSD estivesse muito empenhada em transmitir a opinião do Concelho e das pessoas nesta matéria podia muito bem tê-lo feito sozinha sem contar com a participação dos membros do PS. A sua intervenção tinha a ver com o afirmado na última sessão pela Sra. Deputada Inês Matos sobre a posição dos Srs. Vereadores do PS da Câmara Municipal, quando afirmou que efetivamente houve esforço na diminuição das despesas, concordava que pudessem ter havido algumas, mas não lhe parecia que tivessem sido tão voluntariosas como poderiam ser, por outro lado os números que a Sra. Deputada apresentou não condiziam com os que tinha, supunha que seriam os números da despesa nessas rubricas exclusivamente feitas nesse ano sem dívida transitada ou sem qualquer outra complicação, esqueceu-se foi de um pormenor importante, é que esses números, por exemplo das despesas de pessoal na Câmara têm muito que ver com as despesas de pessoal da Combanima, pois como se sabe houve um certo trânsito de pessoal de um lado para o outro sempre que foi necessário ou conveniente. Efetivamente deu-nos uma informação em parte incompleta, porque se efetivamente em 2011 houve uma diminuição significativa das despesas de pessoal na Câmara, foi nesse ano que as despesas de pessoal na Combanima foram as mais elevadas, aí chegou-se a um valor relativamente baixo, quase aos níveis de 2005 e 2006 das despesas de pessoal da Câmara em 2 milhões 895, a Sra.

Deputada diz que foram 2 milhões 767, imaginava que o pequeno desencontro de números tivesse a ver com essa realidade de incluir ou não uma despesa transitada, mas para esse ano quando na Câmara houve uma despesa de pessoal de 2 milhões 895, a despesa de pessoal da Combanima foi o máximo da sua curta história, foram 584 mil euros. Portanto faltou esta parte da informação que diminui um pouco o mérito dos esforços que foram feitos para reduzir despesas em termos de pessoal e a diminuição não foi tão significativa como os 16% que a Sra. Deputada referiu, o mesmo se passa quanto à divergência dos números que apresentou em termos de aquisição de bens e serviços, mas no que se refere à terceira rubrica que se referiu e que foi aquisição de bens de capital, não sabia se esse não seria o objetivo de qualquer Câmara, diminuir essas despesas, antes pelo contrário achava que era o que todas as Câmaras gostariam de fazer com números bastante elevados e não é um esforço voluntário que a Câmara possa ter feito, é quase um esforço ditado pelas circunstâncias, se não há dinheiro não se faz investimento. Disse ainda que quando se referiu ao valor baixo das despesas de pessoal da Câmara em 2011, que foram de 2 milhões 895, também a Sra. Deputada não referiu o aumento significativo que houve especialmente a partir de 2007 e 2007, 2008 e 2009 foram anos de aumento crescente deste tipo de despesas, só se lembrou de vir apontar essa pequena conquista da redução desses valores de 2010 para 2011 e portanto achava que era uma informação incompleta que o pouco público que assiste a estas sessões não teria interpretado da melhor maneira.

Pedi a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que só se podia comparar o que é comparável. Faz-se anualmente um controlo com o que é executado no ano, houve um ano em que um conjunto de funcionários estiveram em regime de mobilidade na Combanima, no ano seguinte também podia ter dito que as despesas com pessoal na Câmara aumentaram porque esses funcionários regressaram, é preciso, quando se esclarece o público e os deputados que se esclareça tudo, nesse ano subiram as despesas com pessoal foi o caso de 2011, portanto em 2010 houve um número de funcionários que estiveram em mobilidade especial na Combanima, reduziram as despesas com pessoal na Câmara e subiram quando regressaram. De 2011 para 2012, estava-se a falar das mesmas realidades ou seja com o mesmo número de funcionários houve um abaixamento tanto na Combanima como na Câmara, isso é notório e o controlo orçamental que tem sido feito assim o denota, como se irá passar daqui para a frente. Quanto à aquisição de bens e serviços e à aquisição de bens de capital todos temos que meter na cabeça que o grande bolo dos investimentos está feito e que agora se exige que as Câmaras tenham outro tipo de intervenção no seu território, já o disse várias vezes, no fundo é prever o futuro e fazer uma projeção pelo menos em termos macro para o que vem a seguir, e o que vem a seguir é uma redução por parte dos Municípios em termos de investimento, tanto assim é que o próprio Orçamento de Estado para 2013 reduz de uma forma drástica os valores de FEF de capital a transferir para as Câmaras Municipais. É o próprio Governo a transmitir que acabaram as verbas de capital para investimento e a transferir as verbas para despesas correntes para se começar a tratar das pessoas. Achava isso

importante, andou-se durante muitos anos a fazer infraestruturas para as pessoas, mas agora era preciso tratar das pessoas de uma forma mais efetiva e próxima no que são os problemas do dia a dia e não continuar a construir piscinas, pavilhões, campos de futebol, etc. Era importante frisar que o que a Sra. Deputada Inês Matos referiu está perfeitamente correto, efetivamente foi isso que se passou, essa associação à Combanima pode ser feita nestes termos, com o regime de mobilidade, mas mesmo assim as despesas com pessoal andavam sensivelmente pelo mesmo valor.

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho que solicitou que a sua intervenção fosse efetuada aquando do debate do ponto dois ponto nove uma vez que se relacionava com o assunto.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Art.º19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este considerou a informação sobre a atividade do Município distribuída aos Srs. Deputados como esclarecedora e detalhada não acrescentando mais nada. Em relação à situação financeira referiu que depois da última sessão foi possível fazer alguns pagamentos em resultado de reembolso de fundos comunitários sendo um deles o pagamento do empréstimo a curto prazo. A dívida baixou em cerca de um milhão e 900 mil euros e algumas destas dívidas tinham fundos comunitários associados e estavam na listagem do PAEL, daí ter havido alguma redução deste em relação à Câmara de SCDão. Disponibilizou-se a esclarecer qualquer dúvida que fosse apresentada pelos Srs. Deputados.

Pedi a palavra a Sra. Deputada Inês Matos que fez a intervenção constante do anexo n.º2 desta ata e que faz parte integrante da mesma.

Não havendo mais intervenções passou-se para o ponto dois ponto dois: MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2012- 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que a revisão resultava do reforço de algumas rubricas que estavam esgotadas, incluir o pagamento dos empréstimos a curto prazo de 2011 e também o de 2012, estava previsto o pagamento de um empréstimo e pagaram-se os dois. Havia também um projeto que com a reprogramação do QREN deixou de ser financiado e por isso desistiu-se dele. Havia também o caso de rubricas com verbas a mais que foram transferidas para rubricas já sem verbas.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo esta revisão aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto dois ponto três: PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO PARA ACESSO AO PAEL, NOS TERMOS DA DECISÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE GOVERNAMENTAL, QUE INCLUIU:- 2.3.1- CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO NO VALOR DE 6 500.000 EUROS PARA CONSOLIDAÇÃO DA CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS, ONDE SE INCLUI O EMPRÉSTIMO PARA SANEAMENTO FINANCEIRO, COM MATURIDADE DE 20 ANOS; 2.3. 2- PLANO DE REEQUILÍBRIO FINANCEIRO NOS TERMOS DO ARTIGO 41º DA LEI 2/2007, REGULAMENTADO PELO DL38/2008 DE 7 DE MARÇO E PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL, QUE CONTEMPLA UM EMPRÉSTIMO A 20 ANOS NO VALOR DE 3 702 977.73 €, CONCEDIDO PELO GOVERNO COM PRAZO DE MATURIDADE DE 20 ANOS E TAXA DE JURO DE 3,22%=- APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por referir que em setembro foi apresentado e aprovado um Plano de Ajustamento Financeiro que foi imediatamente enviado às entidades competentes que ao longo de cerca de um mês foram colocando algumas questões que foram respondidas, finalmente devolveram o Plano para reajustamento com um conjunto de argumentos que eram desconhecidos da Câmara. Estavam definidos um conjunto de indicadores que apenas foram dados a conhecer nessa altura e por isso não faziam parte do Plano inicialmente elaborado. Este plano obedecia ao que até ali tinha sido exigido. O Plano foi devolvido para reformulação sendo dados a conhecer os indicadores num total de vinte e um e quais as metas a atingir com eles. No Plano inicial apenas dez estavam contemplados e por isso era impossível à Comissão de Análise fazer passar o Plano que acabou por ser todo refeito também por outra razão. Foi aprovada a transformação do empréstimo de Saneamento Financeiro em empréstimo de Reequilíbrio Financeiro, legalmente não é possível fazê-lo senão a partir da contratação de um novo empréstimo que venha a saldar este e que passe a ter uma duração de vinte anos e não doze como tinha o de Saneamento Financeiro. Por estas duas circunstâncias foi iniciada a reformulação do Plano com um prazo dado de quinze dias úteis o que foi muito pouco devido aos prazos a cumprir para sessões na Câmara e na Assembleia Municipal, daí haver um conjunto de quadros que fazem parte do Plano que não puderam ser entregues para conhecimento, esses quadros assentam em toda a estrutura do Plano, são apenas números, não são intenções políticas e obedecem às linhas gerais e específicas do Plano. Este é extenso, inclui o empréstimo no âmbito do PAEL agora inferior e exato e que reflete efetivamente o valor da dívida. É inferior porque entretanto foram pagas algumas dívidas que estavam no PAEL, cerca de 200 mil euros. Disse que o novo empréstimo é superior em 300 mil euros ao valor do empréstimo a saldar anterior pois inclui mais algumas dívidas. O valor do anterior cifrava-se em 6 milhões e 200 mil euros. Explicou e apresentou a seguir o conteúdo e objetivos dos vinte e um indicadores que fazem parte do Plano e que estão expressos na documentação distribuída aos Srs. Deputados.



Pedi a palavra o Sr. Deputado José Augusto que começou por dizer que mais que uma questão era a constatação de que tudo aquilo que disseram em Assembleias anteriores se verificou, o PAEL não estava bem estruturado, os imóveis estavam sobreavaliados para esta altura, acreditava que o conjunto de boas intenções apresentadas pelo Sr. Presidente da Câmara sejam conseguidas, do que é hábito não temos conseguido atingir os objetivos dos diversos Planos que já foram apresentados. Não falava mais no PAEL, no entanto chamava a atenção dos Srs. Deputados e entendia porque o Sr. Presidente da Câmara não quis falar muito da sua nota introdutória, houve um membro da bancada do PSD que nos leu a sua comunicação, mas não ouviu uma coisa interessante e quando a leu até pensou que era da autoria do PS, mas o Sr. Presidente escreveu que “encarava com otimismo o futuro tendo como suporte o seguinte: diminuição da despesa efetuada ao ano em cerca de 5% já em 2013 uma vez que há encargos que a Câmara Municipal deixa de ter com a dissolução da Empresa Municipal Combanima. Recorde-se que o peso da Combanima na despesa da Câmara Municipal rondava em média 8%, no entanto além das necessidades de assumir nos termos da Lei alguns funcionários da empresa há ainda um conjunto de consumos que passarão para o Município: água, gás, energia e o aumento do IMI que foi aqui discutido”. À nossa volta, não dizia todas, pois não tinha os dados, mas a grande maioria dos Municípios vizinhos diminuíram o esforço das famílias diminuindo o IMI e o que é estranho é que tenham sido precisos doze anos para se ter em consideração que a Combanima tenha sido um sorvedouro de dinheiro. O Sr. Presidente da Câmara discordou do tempo apresentado, tendo o Sr. Deputado dito que desde 2009 até hoje... considerou isso um pormenor e gostava que não se agarrassem a pormenores, não era isso que estava em causa, o que estava em causa era que o PS desde sempre foi contra a criação da Combanima por não ver na sua criação e nos seus objetivos nada de bom e que a Câmara já não fizesse. Não queria comentar, para não ser acusado, os motivos porque ela foi criada mas o que é um facto é que nestes anos todos, aliás a Combanima foi criada em 22/09/2006, era um lapso de data e não de tempo, isto para dizer que neste espaço de tempo, ainda pior, de menos anos, pois eram seis, a Combanima deu um prejuízo ao Município de 4 a 5 milhões de euros e ainda há o problema do IVA. Portanto o que estávamos aqui a discutir é que a grande aposta do Município para a recuperação económica é o que deixamos de gastar na Combanima pois é o que está escrito na nota introdutória, que não foi ele que escreveu mas até poderia ter sido pois tem quase a mesma opinião. Não falava do PAEL pois já se falou muito, esperava que efetivamente este seja de vez e que se consiga cumprir mas dizia que os nossos encargos estavam a doze anos com juros realmente baixos, agora todos eles passam a vinte anos com juros bem piores, muito piores o que vai dar um encargo, ao fim de vinte anos, astronómico de juros, claro que mensalmente e nos primeiros tempos está diluído em vinte anos, diminui o que tem que se pagar mensalmente. Quanto mais longo é o prazo mais caro nos fica e neste caso este novo endividamento vai levar-nos a isso. Focou a seguir um caso em que o Tribunal de Contas responsabilizou autarcas num Concelho por terem aprovado ilegalmente projetos de PPP, isto para dizer que também nós quando votamos as coisas e se não fizermos reparos podemos ser envolvidos, não seria o caso

de SCDão pois acreditava que tudo estivesse a ser feito dentro da legalidade apesar de não ser da sua vontade.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que o Sr. Deputado como Ministro das Finanças da bancada do PS tem feito mal as contas, não se engana só nos anos da Combanima. Sabia bem qual era a opinião do PS relativamente à Empresa Municipal desde o princípio, mas sabia também que o PS queria que a Câmara fundasse uma Empresa Municipal ligada ao turismo que iria ter os resultados que esta teve e não dizia que esta teve resultados maus, pelo contrário. Também fazer leituras como fez da sua introdução à informação financeira e ele tê-lo-ia dito pois se não quisesse não o escrevia, não tem nada a ver com o facto de estar escrito que haverá uma poupança devido ao facto de a Combanima acabar, há com certeza porque infelizmente e frisava infelizmente há um conjunto de pessoal que vai para o desemprego. Sabia que vocês, com a vossa atitude perante a sociedade como sendo muito defensores do Estado Social, dava-lhe a sensação que a bancada do PS não seria essa mas uma bancada muito mais à direita pois nunca se preocuparam com as pessoas que irão perder o emprego, mas ele preocupava-se e muito. Esperava que isso vos motivasse a ter outro tipo de atitude relativamente a esta questão. Voltava a dizer que a extinção da Combanima não foi uma opção, foi uma obrigação legal e não fosse isso nunca a proporia, por isso e por outras coisas. A Combanima estava numa fase de reestruturação que mais ano menos ano lhe permitia cumprir os critérios legais, a atividade iria ser reduzida. Lançaram acusações, foi fundada para criar empregos, apetecia-lhe dizer que era natural ter sido para criar emprego e emprego aos amigos, que era isso que queriam dizer não o dizendo, mas como tinha coragem para aplicar as palavras, aplicava-as, é que realmente na Câmara já estavam todos os amigos do PS e todos no quadro e portanto também teve que arranjar alguns amigos para pôr na Empresa Municipal. Desconhecia quais eram as tendências de 90% dos elementos da Empresa Municipal mas eram pessoas que estavam lá, que trabalhavam e que davam o seu melhor para que as coisas andassem. Não se revia nessa acusação. Em relação aos encargos da empresa, isto não se podia dizer de uma forma tão ligeira e tão direta porque a Combanima exercia funções que a Câmara passará a exercer e irá ter custos com essas funções, não só os custos que referiu que têm a ver com consumos mas inclusivamente ao pagamento a funcionários que desempenham funções que competem à Câmara Municipal. Não podia ser feita essa associação que custou os 4 ou 5 milhões, nunca fez essas contas, interessava-lhe o resultado final e era esse que valia a pena e lamentava que não continuasse a valer a pena. Sobre a questão do Tribunal de Contas disse que podiam ficar tranquilos porque a nossa PPP está feita de acordo com a Lei e foi ao Tribunal de Contas. Relativamente ao PAEL este tem consequências duplas, financeiras para quem tem que o implementar, neste caso a Câmara representada pelo seu presidente e políticas como a perda de mandato para o caso de não ser cumprido. Tratava-se de coisas muito sérias, que obrigam a uma grande responsabilidade da parte de quem gere os destinos da Câmara, ele até ao fim deste mandato, outro se não for ele que seja o próximo presidente. Tinha uma vantagem, é

que estes planos agora têm uma monitorização constante por parte das diversas entidades e cada vez que haja um desvio é chamada a atenção. Se os desvios forem provocados por razões externas, anualmente é feita uma revisão ao Plano e se ele tiver que ser acertado em resultado dessas razões externas ele é acertado, portanto o Sr. Deputado podia ficar tranquilo com qualquer tipo de votação que tenha. Sobre a transformação do Empréstimo de Saneamento Financeiro em Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro sabia que se iriam pagar mais juros, mas era só sobre este empréstimo os outros não tinham nada a ver com estes juros, já tinham os seus juros próprios. Houve essa possibilidade mas era prejudicial à Câmara e foi abandonada. Esta alteração vale a pena pois o esforço mensal da Câmara é menor e não era possível nenhum Plano de Reequilíbrio Financeiro sem consolidar o Empréstimo de Saneamento Financeiro.

Pedi novamente a palavra o Sr. Deputado José Augusto para dizer que os funcionários da Combanima são exclusivamente da responsabilidade do Sr. Presidente da Câmara e a pena que têm do desemprego de quem quer que seja não só dos funcionários da Combanima é algo que atravessa todos os que estão nesta sala. Não estavam a falar de funcionários mas sim de uma empresa criada para os fins que o Sr. Presidente achou por bem dizer que tinha e que eventualmente assinaria por baixo e tudo o que ali foi dito não foi dito por ele, o senhor é que disse no que escreveu que o dinheiro da Combanima ia repor em ordem a Câmara Municipal, é o que está lá expresso, depois ele que nem tem funcionários a trabalhar para ele pode enganar-se numa data, mas já é recorrente as vezes que os documentos por não terem sido revistos vêm com datas estranhas. Depois as considerações onde disse que no executivo do PS estavam lá todos os amigos do PS, o senhor saberá quais são, ele desconhecia-os. Achava um tremendo erro do Governo não permitir que o empréstimo anterior continuasse pois isso sim é que era ótimo, agora ia onerar mais a Câmara com juros quando já se tinha um empréstimo concedido. O PAEL, diz o Sr. Presidente que vai ser monitorizado, mas já tivemos outros antes que tinham a obrigação de ser monitorizados e que não se cumpriram e a preocupação é que se cumpra mesmo. Não sabia quais eram os amigos que o PS lá pôs ou deixou de pôr, nem interessa a questão, o que interessa é que de facto vir para aqui com esse ar de bondade porque estão postos em causa alguns trabalhadores, é um facto, mas também foi a Câmara atual que os lá pôs e criou esta empresa, pensava que não fosse assim tão pouco despesista a existência da Combanima porque efetivamente ela deu prejuízo e tínhamos que fazer transferências de coisas que a Câmara podia fazer sem estar a desviar esse dinheiro e com certeza até mais barato, mas eram opiniões políticas onde nada tinha a ver.

Pedi novamente a palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que o Sr. Deputado José Augusto não leu e gostava que tivesse lido para as pessoas não ficarem com a impressão que dizia que a Combanima foi ou é a ruína da Câmara. Citou a totalidade do que escreveu em relação à Combanima na apresentação da situação financeira da Câmara “Como temos vindo a afirmar, as despesas do Município são, neste momento, aquelas que as receitas podem pagar.

Em termos de saldo primário, têm-se registado valores positivos desde 2011, mas espera-se que o saldo líquido seja positivo dentro de 2 anos”. Seguiu-se o que já está expresso na citação feita pelo Sr. Deputado José Augusto. Pela análise que o Sr. Deputado fez parecia que a situação da Câmara era o resultado da existência da Combanima. Também tinha que dizer que em relação aos funcionários que irão para o fundo de desemprego era que eles tiveram durante estes seis anos um emprego e a possibilidade de organizar a sua vida e têm agora uma experiência feita que poderá possibilitar-lhes regressar ao mercado de emprego. Focou a seguir a informação dada pela Comissão de Análise que dava conta que não era possível transformar o Empréstimo de Saneamento Financeiro em Empréstimo de Reequilíbrio Financeiro pois a Lei não o permite. Disse ainda que a garantia de que este Plano não é mais um plano como o PS gosta de dizer, é que este Plano apanha a Câmara preparada para o executar, já reconheceu esse erro, não tem qualquer tipo de problemas em reconhecer erros, ao contrário do Sr. Deputado José Augusto que aliás tem um papel fundamental no Agrupamento de Escolas de SCDão, porque digamos é o financeiro da escola. Aqui o Sr. Deputado disse ao Sr. Presidente que não permitia que lhe fizesse referências pessoais. O Sr. Presidente disse que não estava a fazer qualquer observação negativa, pelo contrário, puxava um bocado pela sua vida profissional para justificar o que iria dizer a seguir, mas se não queria que se referisse à sua vida profissional, também não queria que falasse na vida profissional dele nem ali nem em mais lado nenhum terminando assim a sua intervenção.

Não havendo mais intervenções passou-se para as votações. A contratação de empréstimo no valor de 6 500 000.00€ para consolidação da carteira de empréstimos, onde se inclui o Empréstimo para Saneamento Financeiro com maturidade de vinte anos foi aprovada por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 10 abstenções do Partido Socialista. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Hélder Dias e Fernando Abel.

O Plano de Reequilíbrio Financeiro nos termos do Art.º41º da Lei 2/2007, regulamentado pelo DL 38/2008, de 7 de março e Plano de Apoio à Economia Local, que contempla um empréstimo a vinte anos no valor de 3 702 977.73€ concedido pelo Governo com prazo de maturidade de vinte anos e taxa de juro de 3,22% foram aprovados por maioria com 17 votos a favor (16 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado José Cruz) e 9 abstenções do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Hélder Dias e Fernando Abel.

Seguiu-se para o ponto dois ponto quatro: PROPOSTA DE ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2013 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4 º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO/= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este começou por referir que esta proposta de Orçamento resultou do contributo de todos os Vereadores, todos contribuíram numa reunião de preparação. Focou os eixos de Intervenção Prioritária em número de cinco

que serviram de base à elaboração deste Orçamento que tem um valor total de 13 859 185€, o Orçamento inicial que se tinha preparado apresentava um valor mais baixo porque contabilizava já 2 milhões e 600 mil euros de dívida paga pelo PAEL se este tivesse sido aprovado e assim teve que se passar dívida para este Orçamento. Tem um valor de 9 105 996.00€ de receitas e despesas correntes e um valor de 4 753 189.00€ de receitas e despesas de capital. As Grandes Opções do Plano totalizam 8 189 930.00€, divididas pelo Plano Plurianual de Investimento no valor de 3 342 319.00€ e pelas Atividades Mais Relevantes no valor de 4 847 611.00€. As despesas com pessoal aumentam em 8,7% em resultado da entrada de funcionários da Empresa Municipal Combanima na Câmara como já tinha sido referido. Na Aquisição de Bens e Serviços o valor apresentado diz respeito a dívidas transitadas. Focou seguidamente a variação comparativa de várias classificações económicas entre 2012 e 2013 assim como o seu peso percentual no Orçamento.

Pedi de seguida a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que efetivamente o Orçamento com o passar dos anos tende a ficar mais equilibrado, ainda não é desta vez que fica totalmente equilibrado mas se se mantiver a tendência poderá ser que ainda o possa ver. O pequeno esclarecimento que queria pedir tinha a ver com a exiguidade de uma receita que vem no Orçamento, elas serão sempre exíguas, referia-se à receita que tinha a ver com os parques de estacionamento que por ser só de 25 mil euros lhe chamou a atenção, consultou o plano que tinha a previsão das receitas médias mensais dos parques de estacionamento e verificou que esta previsão de receita anual é pouco superior à receita prevista para um mês. A anual seria de 225 mil 484, afinal a real vai ser só de 25 mil euros. Gostava de ser esclarecido como a Câmara vai suprir esta falta de receitas uma vez que estamos perante um programa de vários anos de liquidação de um montante que foi recebido pela Câmara pela concessão dos parques de estacionamento. Não havendo receitas claro que não será a Dão Gest que irá assumir os prejuízos.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que a receita apresentada era real. O que está associado ao plano dos parques de estacionamento tem a ver com o encaixe financeiro inicial de 800 mil euros que a Câmara recebeu. Isto faz parte de todo o processo dos parques de estacionamento, era evidente que houve da parte de quem fez o estudo das receitas uma expectativa superior à que hoje acontece, talvez por haver uma vigilância deficiente nos parques e porque o projeto inicial não foi concluído, daí haver este desfazamento entre as receitas que estavam previstas e as reais. Quanto às eventuais despesas, no momento há a pagar o leasing dos parquímetros que é feito com a receita dos parques e que terminará no próximo ano e a partir daí todo o resultado é líquido não há qualquer outro tipo de despesa e os parques serão explorados pela Câmara Municipal.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que constitui o anexo n.º3 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para em continuidade do que a Sra. Deputada afirmou dizer que a Câmara neste momento já tem um ajustamento dos custos à própria receita, em termos de saldo primário ele já é positivo e desde 2011, o que falta agora é cobrir a parte dos empréstimos, a parte das amortizações e dos juros. O que vai acontecer neste Orçamento é que a sua execução andarà perto dos 90% e os seguintes terão também esse valor, é praticamente impossível ter um Orçamento com taxa de execução de 100%. Temos hoje um Orçamento realista onde está a dívida que tem de ser paga este ano, onde está o valor extra de IMI que vai ser recebido das novas avaliações dos prédios, a Lei obriga e bem que esse valor seja utilizado no pagamento de dívida e só se poderá utilizar essa verba em investimento quem não tenha dívidas, que será o caso de dois ou três Municípios. Calculava que essa verba rondasse no próximo ano os 600 a 650 mil euros. Também estava convencido que uma alteração à atual Lei das Finanças Locais irá repor algumas desigualdades injustas que hoje se verificam e o que os Municípios irão receber a mais será cortado nas transferências do Estado. O peso das receitas totais próprias dos Municípios vão ser tidas em conta na distribuição das transferências do Estado. Ai SCDão poderá ter algum ganho pois o dinheiro a ser distribuído aos Municípios darà mais peso à população e menos peso à área do Concelho.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o Orçamento da Receita e Despesa e Grandes Opções do Plano Para o Ano de 2013 e Mapa de Pessoal aprovados por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 10 abstenções do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Hélder Dias e José Cruz.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2013= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que era uma situação habitual de todos os anos.

Não havendo intervenções passou-se para a votação sendo o pedido de autorização aprovado por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 8 abstenções do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados Hélder Dias, José Cruz, Boto Martins e César Branquinho.

Seguiu-se para o ponto dois ponto seis: ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO, ÀS REGRAS E CRITÉRIOS DA LEI Nº 49/2012, DE 29 DE AGOSTO/REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE SANTA COMBA DÃO= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que saiu uma nova Lei que diminuiu e limitou a dimensão dos quadros dos Municípios. No fundo foi adaptar o que existia à nova Lei.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo o número máximo de três unidades orgânicas flexíveis, o número máximo de seis subunidade orgânicas, o número máximo de uma equipa de projeto e o Regulamento de Organização dos Serviços do Município de SCDão aprovados por maioria com 16 votos a favor do PPD/PSD e 10 abstenções do PS. Estiveram ausentes da votação os Srs. Deputados José Cruz e Hélder Dias.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL COMBANIMA – ESPAÇOS MUNICIPAIS , E.M.= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Pedi a palavra o Sr. Deputado César Branquinho que começou por esclarecer que a Combanima iniciou a atividade em 29/12/2006. Questionou a seguir o Sr. Presidente da Câmara sobre o que exigiu a dissolução da Combanima e porquê, se achava que nestes seis anos a Combanima foi benéfica para o Concelho, os prejuízos que resultaram da atividade exercida e se não seria razoável manter na Câmara Municipal as atividades que foram direcionadas para a Combanima e não termos agora esta situação de pessoal a transitar para a Câmara. Achava e o PS teve razão que o Concelho não necessitava desta empresa para desenvolver as atividades que exerceu. Em relação aos parques de estacionamento disse que não foram assim tão rentáveis pois analisando as suas receitas estas não compensavam o investimento inicial de receberem de uma só vez 860 mil euros quando depois não se ajudou a Câmara ou a empresa que explora os parques a recuperar a parte económica.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que referiu novamente que houve uma receita inicial de 800 mil euros dizendo que se isso não era rentabilidade então não sabia o que seria rentabilidade. Relativamente aos outros comentários disse abster-se de fazer qualquer comentário, não valia a pena, têm-se repetido desde há muito tempo. As razões que originaram a dissolução eram razões legais impostas pela Lei 50/2012, bastava um dos critérios para a sua dissolução e um deles é que a empresa não pode receber do Município valores superiores a 50% do que gasta e como recebia, não tinha a ver com os resultados negativos que apresentava pois até cumpria. Bastava não cumprir um e este não era cumprido e terá que ser dissolvida. Explicou a seguir a data de dissolução da Combanima que será a primeira de uma das duas seguintes, os seis meses dados por Lei ou o fim do processo de negociação com o pessoal, a partir daí a Combanima funcionará só sob o ponto de vista fiscal.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo a dissolução da Empresa Municipal Combanima aprovada por maioria com 21 votos a favor (12 do PS e 9 do PPD/PSD), duas abstenções do PPD/PSD (Srs. Deputados Vital Lopes e José Jorge) e 4 votos contra do PPD/PSD (Srs. Deputados José Rui Ferreira, António Antunes, José Machado e Paula Correia). Esteve ausente da votação a Sra. Deputada Paula Francisca Gomes.

O Sr. Deputado António Antunes apresentou uma declaração de voto que constitui o anexo n.º4 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

Seguiu-se para o ponto dois ponto oito: APRECIACÃO DA ALTERAÇÃO DO MAPA DE EMPRÉSTIMOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2011.

O Sr. Deputado José Augusto alertou a Assembleia para a necessidade de no seu entender ser votado este ponto pois tratava-se de um assunto que tinha a ver com o Tribunal de Contas e com uma conta de gerência, ao contrário do que pensava do ponto anterior onde a própria Lei já impunha a dissolução da empresa.

O Sr. Presidente da Assembleia aceitou e colocou o ponto à votação que foi aprovado por unanimidade.

Passou-se para o ponto nove: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO= COMUNICADO PÚBLICO: REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA NO CONCELHO DE SANTA COMBA DÃO=CONHECIMENTO.

Dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho este começou por dizer que o assunto já tinha sido muito debatido e discordava da opinião do Grupo Parlamentar do PSD sobre como foi executada a Lei. De facto o PS assinou o memorando com a Troika onde se previa a extinção e agregação de Freguesias mas não assinou de que forma, procurou junto das entidades representantes ANMP e ANAFRE encontrar soluções e alternativas para as freguesias do território nacional. Portanto o PS nunca concordou com a Lei que foi apresentada pelo atual Governo e Portugal não é igual em todas as partes, difere no Minho, nas Beiras e por ai fora. A realidade do Concelho de SCDão não tem nada a ver com a realidade do Concelho de Braga ou Barcelos onde concordava que até houvesse agregação de Freguesias, onde havia até Freguesias na mesma Rua, sedes de Freguesia vizinhas, porta com porta, portanto a ideia da Lei era haver uma contenção de despesas com tanta Freguesia junta, onde não havia essa necessidade, o contexto de SCDão será outro, isso foi debatido, foi falado em reuniões de Câmara, continuava a demarcar-se dessas situações e a dizer que está contra qualquer agregação ou extinção de Freguesias no Concelho de SCDão. Dizia também que tinham apoiado o parecer da Câmara onde foi decidido por unanimidade demarcar-se da aplicação da presente Lei, portanto ali tinha que dizer, ele estava com a Câmara de SCDão, estava com o Presidente da Câmara, com a Vereação, onde esta Lei não é apropriada ao nosso Concelho. Portanto queria saber qual era a posição do Grupo Parlamentar do PSD, se apoia as decisões da Câmara Municipal, da Vereação ou se apoia a Lei n.º 32/2012 feita e aprovada pelo Governo sobre esta matéria e para sermos mais concludentes e mais elucidados sobre a situação dava os parabéns à Câmara Municipal pelo comunicado emitido.

Foi de seguida dada a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que começou por dizer que há pouco não leu comunicação nenhuma, nunca foi mandatada pelo Sr. Presidente da Câmara



para o que quer que seja, limitou-se a fazer referência a dois aspetos que achava positivos e que se destacavam da informação e que citou, o Sr. Presidente não precisava, nem nunca precisou que alguém fale por ele como bem se vê. Em relação à pergunta do Sr. Deputado, a posição do PSD, apesar de o Sr. Deputado ter insinuado que tínhamos uma posição diferente da do Sr. Presidente da Câmara que por acaso até é da cor política, a posição parecia-lhe neste momento despropositada, extemporânea tendo em conta que no momento próprio quiseram pronunciar-se e não o fizeram, não o fizeram enquanto Assembleia Municipal, a sua opinião para ali pouco interessa, para o País muito menos, tendo em conta que já não conta, poderia ter contado, hoje já não conta. Em relação ao tema fez a intervenção constante do anexo n.º5 desta ata que faz parte integrante da mesma.

Pedi a seguir a palavra o Sr. Deputado Manuel Morais que começou por dizer que o memorando não passava de um conjunto de intenções, não foi esse memorando que vem com a proposta que vem carimbada pelo símbolo do PSD e CDS. O documento enviado pela Assembleia Municipal referia a não pronuncia, isto quer dizer muita coisa, na Assembleia o PS disse que era contra e a única coisa que foi dita é que não se pronunciava. Devia ter-se respeito pelas pessoas das Freguesias que vão ser unidas, esperava que a Lei não fosse aprovada, ainda tinha essa esperança. Perguntava diretamente à Bancada do PSD qual era a sua opinião, se é contra ou a favor da reorganização administrativa e gostava também de uma resposta direta.

Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Deputado César Branquinho que começou por dizer que o ponto foi agendado pelo Sr. Presidente da Assembleia para dar conhecimento do comunicado da Câmara Municipal. Dizia à Sra. Deputada que estava ali como Santacombadense com muito orgulho e defendia as suas convicções e também lia algumas coisas, no dia 6/12/2012 no Diário de Notícias o Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa diz que só oitenta Assembleias Municipais do País se pronunciaram, o que quer dizer, nem todas são do PSD, do PS ou do PCP, só oitenta é que se pronunciaram, o que quer dizer que não se pronunciaram porque estavam contra esta Lei e não quiseram arranjar mais confrontos nas Assembleias, porque sabemos que a maior parte dos autarcas seja de que cor política forem são contra esta Lei. O Partido Socialista estava ali pelo bem e a Sra. Deputada tinha que entender que a realidade era esta, numa Assembleia até a convidaram a fazer um comunicado conjunto com a Câmara Municipal para enviarem à Assembleia da República e isso não foi feito.

O Sr. Presidente da Assembleia considerou o assunto esclarecido e passou para o ponto dois ponto dez: PROJETO DA LEI Nº 320/XII. REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO TERRITÓRIO DAS FREGUESIAS= CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção seguindo-se para o ponto seguinte.

Ponto dois ponto onze: STAL-SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL= PRONUNCIAMENTO DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS SOBRE A EXTINÇÃO DE FREGUESIAS, NOS TERMOS DA LEI 22/2012, DE 30/05= CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção passando-se para o ponto seguinte.

Ponto dois ponto doze: COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DÃO LAFÕES= DELIBERAÇÃO TOMADA EM REUNIÃO DE 21 DE NOVEMBRO DE 2012, SOBRE A REFORMA DA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA= CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção.

Seguiu-se para o ponto dois ponto treze: COMISSÃO DE UTENTES CONTRA AS PORTAGENS NA A25, A25 E A23= CONHECIMENTO.

Não houve pedidos de intervenção.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Verificou-se a intervenção do munícipe João Tomás de SCDão que disse vir colocar três questões. A primeira dizia respeito à existência de cães vadios que punham em perigo as pessoas e a saúde pública. Como no Orçamento viu uma verba de 200 mil euros para esta situação perguntava qual seria a previsão para a construção do canil que na sua opinião era uma obra prioritária. A segunda tinha a ver com os parques de estacionamento, o Sr. Presidente disse que os 25 mil euros davam para pagar o leasing dos parquímetros, no entanto pensava que havia funcionários alocados à fiscalização dos parques e sendo assim os parques estarão a dar prejuízo e não lucro pelo menos para o acerto de contas. A terceira tinha a ver com uma questão que dizia respeito à última reunião de Câmara.

O Sr. Presidente da Assembleia informou que esta última questão deveria ser colocada numa reunião de Câmara e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara resposta para as duas outras questões.

O Sr. Presidente da Câmara informou que a construção do canil era uma obra que sistematicamente vinha a ser adiada pois não é com a verba de 200 mil euros que se construi o canil. O projeto aprovado prevê uma verba de cerca de 800 mil euros, é um projeto intermunicipal para haver associação de municípios, há interesse de Carregal do Sal, Mortágua, Tábua e Oliveira do Hospital. O valor inscrito no Orçamento tem a ver com a participação de SCDão. Espera-se a abertura de candidaturas no âmbito do QREN uma vez que é um projeto caro. Esperava que no próximo ano haja essa possibilidade, a Câmara já adquiriu um terreno com cerca de 4 mil metros quadrados para esse fim. Terá que se arranjar depois um modelo de gestão pois não é só construir, depois é a gestão do equipamento. Os Municípios associados pretendem que a manutenção não seja cara, podendo ser entregue a uma associação e os Municípios pagarem uma quota. O pior será ainda arranjar meios de captura, se eles existissem podia ser resolvido capturando os cães e gatos vadios e fazendo um protocolo com Tondela que já tem um canil. A veterinária de SCDão presta atualmente apoio ao canil de Tondela uma vez que o veterinário de Tondela se aposentou. Irá tentar-se uma solução para a captura de cães principalmente os mais perigosos. Em relação aos parques de estacionamento há dois funcionários que desempenham esse papel mas que são funcionários da Câmara e a

quem a Câmara já tem que pagar. O dinheiro recolhido é exclusivamente para pagar o leasing dos parquímetros que como já tinha dito acabará no próximo ano.

Não havendo mais assuntos a tratar o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença e participação de todos, desejando um Natal Feliz e um Bom Ano de 2013 dando pelas dezassete horas e cinquenta e cinco minutos por encerrada a sessão dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos membros da Mesa.



Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhores Vereadores

Distintos colegas desta Assembleia

Minhas senhoras e meus senhores.

Reorganização Administrativa Territorial Autárquica , no Concelho de Santa Comba Dão.

Não podia deixar de trazer aqui um comentário acerca do comunicado emitido da Câmara Municipal, com o qual concordamos em absoluto; afinal , por muito que alguns procurem desculpar-se, o que fica para memória futura é o que nele está escrito.

Se esta questão tivesse ficado pelo comunicado da Câmara , até parecia bem :- Os eleitos do Partido Socialista sempre disseram que não concordavam com a agregação de Freguesias no Concelho. Ficou claro . Da mesma forma que estava claro a opinião do Sr. Presidente da Câmara em reunião da Assembleia Municipal, quando disse que também ele não concordava.

Ainda a procissão ia no adro quando fomos convidados pela nossa colega desta Assembleia Leandra Cordeiro, para nos pronunciarmos acerca da agregação da Freguesia de Nagozela. Não respondemos por duas razões : Primeira , a bancada do PSD nesta Assembleia é quem suporta a maioria que gere a Câmara Municipal , e, em nosso entender devia ser ela a tomar a iniciativa; pedir para os membros eleitos do P.S. se pronunciarem talvez não tenha sido razoavel -- Quando muito diziam da sua justiça e perguntavam-nos a nossa opinião. Segunda , é que já estávamos a ver o PSD a tentar-se esconder atrás do P. S. para no futuro oportuno virem dizer o que afinal veio a acontecer. A culpa era do P.S.

Sem querer ser mauzinho, a sensação que entretanto foi ficando é que a agregação das Freguesias do Concelho de Santa Comba Dão, foram indicadas pelos responsáveis locais do Partido Social Democrata. Não vale a pena vir carpir lágrimas de crocodilo, dando a sensação de oposição, quando tudo leva a crer que estas agregações foram tratadas no interior do PSD muito antes dos decisores da Unidade Técnica em Lisboa.

Da política, quero levar sempre a ideia, de cada um fazer o que tem que ser feito, por forma a contribuir para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos; nunca gostei de olhar a política como um circo, onde conjunturalmente se fazem Zig- Zags para culpar os outros .

Estes comportamentos não me parecem coisa recomendável, sobretudo por uma nobre razão , somos gente crescida, que mesmo na diversidade de opiniões nos devemos respeitar.

Esta nossa interpretação vem a propósito de outro comunicado no Jornal Defesa da Beira datado de 30-11-2012 do Partido Social Democrata.

Às vezes fico a pensar naquele menino que tinha um pião e, julgava que só ele podia brincar , tal a sua soberania em relação a outros e, pela noção que tinha desses , é que seriam burros e não tinham forma de se poderem divertir como ele.

Dizia o comunicado, que o Partido Socialista vem enganando os Santacombadenses , a propósito destas agregações . Acusam o Partido Socialista de ter negociado com a Troika e que foi colocado no memorando de entendimento a fusão e extinção de Freguesias e Municípios.

Todos sabemos que foi no Governo do Partido Socialista que esta matéria começou a ser tratada, pelo então Secretário de Estado da Administração Local e Regional, Dr. José Junqueiro.

Mas o Partido Social Democrata, também sabe muito bem, como nós sabemos , que o Dr. José Junqueiro muito antes de elaborar qualquer Lei, procurou junto do Presidente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e do Presidente da Associação Nacional de Freguesias, o melhor diálogo possível por forma a que a Lei a sair fosse ao encontro dos interesses das populações e nunca contra elas. E se quiséssemos melhor prova bastava ouvir o que essas entidades sempre disseram acerca desta matéria. Ainda lá não vão muitos dias que pudemos ver em debate na televisão, o que elas pensavam , e sabem que mais , são pessoas que foram eleitas debaixo do mesmo emblema político do que os que nos acusam .

Sim : - O Partido Socialista , desde cedo manifestou vontade em reduzir o número de Freguesias, sobretudo nas grandes cidades e nos grandes aglomerados populacionais , onde uma grande parte delas se limitava a passar atestados de residência e pouco mais , cabendo em grande medida os serviços prestados, à organização das Câmaras Municipais .

**Fazer o repto de seriedade política ao Partido Socialista** , podia até dizer que mais parece um insulto, mas, a gravidade desses insultos ficam com quem os faz . Apetece-me brincar!!! Não o faço pelo respeito que me merecem muitos militantes do Partido Social Democrata.

E apetece gozar, porquê!!!! Acusam-nos da falta de coragem, Porquê?

Nós é que devíamos liderar este absurdo criado pelo PSD e pelo Ministro Miguel Relvas? Talvez, porventura, tem razão!!! Mas por outro motivo.

O Partido Socialista, teria tratado esta questão com outra sensibilidade, tendo em conta os reais interesses das populações, e do Poder Local Autárquico, coisa que por agora não vimos .

Nesta Assembleia Municipal os eleitos pelo Partido Socialista sempre recusaram discutir esta agregação de Freguesias , e porquê?

**Porque nenhum dos eleitos está mandatado para o fazer no decorrer deste mandato.**

Não constava do programa eleitoral apresentado aos eleitores na última campanha eleitoral.

Ao sermos eleitos , todos temos a responsabilidade de os representar na base dos programas apresentados aquando dessa campanha.

O Partido Socialista está a cumprir com o que disse aos eleitores. O Partido Socialista não andou a dizer uma coisa aos eleitores na campanha eleitoral para vir aqui fazer outra.

Depois , nos Concelhos como o de Santa Comba Dão, a realidade da composição das Freguesias existentes, recomendava que não houvesse agregações e, por isso dissemos que a nossa opinião era contra estas agregações; não deixamos de dar aqui a nossa opinião. O que não se pode é ser preso por ter cão e ao mesmo tempo por não ter.

E já agora , vale a pena transcrever o que vinha nesse comunicado enviado á imprensa pelo Partido Social Democrata e, até porque vinha sublinhado.

3.44 – Reorganizar a estrutura da Administração Local : - Existem actualmente 308 Municípios e 4.259 Freguesias. Até Julho de 2012 o Governo desenvolverá um plano de consolidação para reorganizar e reduzir o número significativo destas entidades.

O Governo implementará estes planos baseados num acordo C. E. e o FMI. Estas alterações que deverão entrar em vigor no próximo ciclo eleitoral local, reforçarão a prestação do Serviço Público, aumentarão a eficiência e reduzirão os custos.

Ao ser colocado no comunicado este extracto que agora acabei de ler , deixem-me dizer-lhes meus senhores , que é dever dos responsáveis do PSD dizerem às pessoas que concordam com o que o governo quer fazer nesta matéria , em vez de andarem a dizer o contrário, do que lhes vai na alma .

Isto sim, seria sério, como aliás foi a posição do Sr. Presidente da Câmara ; não vale a pena vir mascarar o que é evidente e, pior de tudo é ficarem a agredir verbalmente aqueles que de uma forma honrada disseram da sua justiça ao não concordarem com esta imposição de um governo que tem feito tudo ao contrário do que dizia para chegar ao poder. Pergunto. - Onde está essa seriedade e essa coragem da parte da Concelhia do PSD?

Então , agora vem acusar o Partido Socialista . Meus caros colegas desta Assembleia Municipal , a Concelhia do Partido Social Democrata, tem de entender que a mentira tem pé curto.

Posição honrada e digna tenho que o reconhecer, tiveram os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo PSD em Mortágua quando votaram contra as agregações das Freguesias na sua Assembleia Municipal e, cujo voto foi unanimemente contra .

\_Com todas as letras disseram o que o Partido Socialista disse em Santa Comba Dão. É só lerem no seu comunicado que por coincidência, ou não, vinha no mesmo jornal e no mesmo dia de tiragem.

É verdade que lhes ficava bem explicar essa posição. Não temos que estar todos de acordo; embora tenhamos a obrigação de dizer o que pensamos .

Esta reforma devia ter sido feita com as populações e pelos Autarcas e, nunca imposta desta maneira torpe e desajustada.

Há uma velha máxima que diz ! O povo unido jamais será vencido. É disso que tenho medo.

Em tempos passados , invocava-se o nome de Deus como fundamento da Ordem Pública.

Na Bíblia,o povo e Deus andaram sempre em direcções opostas.

Na história do Profeta Oséias, homem apaixonado! Seu coração se derretia ao contemplar o rosto da mulher que amava! Mas ela tinha outras ideias. Amava a prostituição! Deus era o amante apaixonado. O povo era a prostituta.

O povo prefere os falsos profetas, aos verdadeiros, porque os falsos profetas lhe contam mentiras. As mentiras são doces ; a verdade é amarga.

O povo não pensa , somente os indivíduos pensam.

Até Jesus que confiava no povo, foi crucificado pelo voto popular, que elegeu Barrabás.

Por fim, durante a Revolução na China de Mao-Tzé-Tung, o povo queimou violinos em nome da verdade proletária. E digo , não sei que outras coisas o povo é capaz de queimar.

Também o Nazismo era um movimento popular. O povo Alemão amava o Hitler.

“O povo unido jamais será vencido” e disso eu tenho medo!

Tudo isto para dizer que este Governo do PSD / CDS pode querer mudar os paradigmas da vida , mas se o povo não aceitar, estão a remar contra a maré e, os resultados disso, serão ainda mais preocupantes do que já se faz sentir hoje.

Pretendemos que seja um alerta , para não termos que fazer uma gestão de prejuízos bem maiores dos que o País já suporta.

Membros da Assembleia Municipal Eleitos pelo Partido Socialista.

Fernando Abel Simões



**2.1 da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2012:**  
**Informação do Presidente da Câmara sobre a actividade do Município**



Fazer referência positiva a esta nova aposta que está a ser feita na PROFIACADEMUS, ao ter-se promovido a dinamização de formações modulares certificadas que abrangem a formação contínua a que os todos trabalhadores têm direito, por ano, num total de 35h, destinando-se também a pessoas com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, estejam no activo ou desempregados sem a qualificação adequada para efeitos de inserção ou progressão no mercado do trabalho.

A formação destina-se também a licenciados e pessoas com habilitações académicas inferiores, igual ou superiores ao 9ºano de escolaridade.

A crise pela qual a PROFIACADEMUS está a passar, merece um olhar atento e preocupado e é salutar a aposta neste tipo de formação, formação de adultos, profissionalizar quem já se encontra a exercer uma profissão, melhorar as suas capacidades e competências laborais mas também preparar quem está a sofrer uma situação de desemprego, de modo a estar apto a ingressar no mercado de trabalho assim que lhe for dada uma oportunidade.

Algumas "bocas" se têm ouvido na rua, de que a PROFIACADEMUS está na falência, de que vai fechar já no início do ano, "bocas" essas que são infelizes pois são ditas por pessoas de Santa Comba Dão, que acredito, querem o melhor para a PROFIACADEMUS e, logicamente, para a nossa terra.

Em vez de maldizerem, ajudem a que a escola ultrapasse esta situação difícil e em vez de criticar, proponham, pois não tenho conhecimento que alguma vez não se tenha escutado com atenção as propostas válidas apresentadas, seja por quem for, nesta sede.

A situação difícil da PROFIACADEMUS não foi nem é desejada, com certeza, por quem a gere, é resultado de um conjunto de situações que contribuíram, directa e indirectamente, para este estado de coisas, situações essas, algumas, já aqui discutidas.

A diversificação da formação ministrada hoje na escola, e as novas apostas, como a que foi aqui apresentada agora, permitirão, com certeza, repensar a escola profissional e escolher o melhor caminho a trilhar neste período difícil.

5/12/2015  
A 10/10/15  
É deste tipo de iniciativas que a escola precisa e não que a enterrem ainda mais com mentiras e falsidades.

Talvez, e é apenas uma sugestão, seja necessária uma divulgação mais eficaz, mais dirigida, deste tipo de iniciativa, pois só assim os interessados procurarão este tipo de resposta. A publicação dos cursos e da restante informação é crucial.

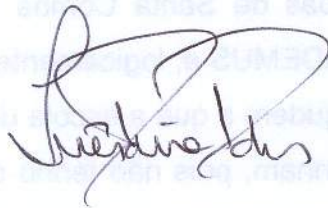
De realçar também a construção do Lar e Centro de Actividades Ocupacionais, que basicamente é um centro de dia, um local onde jovens e adultos portadores de deficiência mental (a partir dos 16 anos) podem desenvolver actividades ocupacionais durante o dia, regressando ao seu lar à noite.

Importantes não só para esses jovens e adultos como para as suas famílias, permitindo-lhes gerir a sua vida familiar de outra forma.

Terão trinta utentes em CAO, isto é, durante o dia nas actividades ocupacionais, aí desenvolvidas e doze em Lar Residencial, isto é, dos trinta, doze poderão ficar a residir.

O trabalho de diagnóstico, feito no terreno, pelos técnicos municipais, permitiu concluir pela necessidade de trazer esta unidade para Santa Comba Dão que irá criar vinte e quatro novos postos de trabalho.

Deve salientar-se este sucesso e orgulharmo-nos do esforço que está a ser levado a cabo para concretizar este projecto tão importante.



17/12/2012

**2.4 da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2012:****Proposta de orçamento da receita e despesa e grandes opções do Plano para o ano de 2013**

Após a leitura dos documentos enviados relativos ao tema, continua a verificar-se que as medidas de diminuição da despesa continuam a dar frutos, o que permitirá que, a curto prazo, o município de S. C. Dão consiga ajustar a sua estrutura de custos aos seus proveitos reais.

Este ajustamento, contudo não tem sido realizado à conta do aumento da receita municipal, que infelizmente, tem tido um comportamento menos positivo, resultado da grave crise económica/financeira que estamos a viver, mas sim graças a um conjunto de medidas que, desde 2010, têm vindo a ser implementadas:

- diminuição dos quadros de pessoal (reformas, contratos não renovados);
- maior controlo sobre a aquisição de bens, que se pode verificar noutros quadros já apresentados;
- renegociação de algumas prestações de serviços (telecomunicações, consultorias);
- diminuição das despesas de capital, de investimentos, devido à sua concentração em anos anteriores a 2010; etc.

Estas conclusões retiram-se da comparação de quadros que pode ser feita ao longo destes anos e que nos foi sendo apresentada.

Apesar das dificuldades por que ainda vamos passar, a contracção deste empréstimo, permitirá um controlo rigorosíssimo da execução orçamental, permitindo também que o município deixe de ser penalizado pela violação dos limites de endividamento, o que se traduzirá em cerca de 360 000€/ano que não ficam retidos pelo Estado mas que serão devidamente entregues ao município.

A situação é difícil, disso já todos temos conhecimento mas tendo em conta todos os esforços que vêm sendo realizados, importa destacar também o que de positivo tem vindo a ser feito.

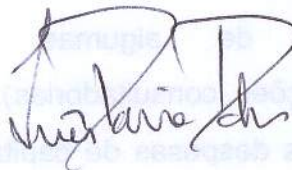
O orçamento apresentado é, talvez dos mais realistas, atrevo-me a dizer, dos últimos 15/20 anos, se analisarmos os níveis de execução dos anteriores orçamentos que rondavam apenas os 30/40%.

Orçamentos muito empolados que, como é natural, ficavam muito aquém do que aí estava vertido, e, portanto, com níveis de execução muito baixos.

Realça-se o reforço das verbas destinadas à acção social, no que toca sobretudo ao apoio a famílias carenciadas, apesar dessa competência ser estadual e não municipal.

Também se verifica um reforço das verbas destinadas às freguesias, o que se traduzirá, logicamente em maior número de investimentos de proximidade.

Ressalta ainda do orçamento, uma verba para despesas correntes muito superior às de capital, o que nos indica que as grandes despesas de investimento já foram realizadas estando o concelho já dotado com as infra-estruturas necessárias, esperando-se assim, o início dum novo paradigma de gestão municipal.



AMEXONE Y

Janlon  
17/11/2012  
Mc

DECLARAÇÃO DE VOTO

Porque votei favoravelmente aquando da proposta de criação da Empresa Municipal e mantenho a mesma posição em relação aos objectivos que levaram á sua constituição. Concordo com a reestruturação não com a extinção

Porque assisto com inquietação a imposição de legislação e normas, por parte do poder central, nesta e noutras matérias, que claramente condicionam e interferem naquilo que no meu ponto de vista deveriam ser competências do poder local democrático.

Porque acima dos números estão pessoas, algumas com agregados familiares sem outra fonte de rendimento, que atiradas para o desemprego dificilmente encontrarão alternativas no mercado de trabalho, dadas as condições actuais de grave crise económica e que verão substancialmente agravados os já frágeis equilíbrios sociais do seu núcleo familiar.

Porque votar favoravelmente esta resolução seria dar razão a todos aqueles que ao longo dos anos criticaram a constituição e funcionamento da Comanima, baseando a sua argumentação em conceitos economicistas, alienando os seus trabalhadores, e descurando as implicações sociais decorrentes do seu encerramento.

Por estas razões o meu voto nesta resolução é contra.

O membro da Assembleia Municipal



(António Augusto Lourenço Antunes)

**2.9 da ordem de trabalhos da sessão ordinária de 17 de Dezembro de 2012:****Câmara Municipal de Santa Comba Dão= Comunicado Público:  
Reorganização Administrativa Territorial Autárquica no Concelho de  
Santa Comba Dão= Conhecimento**

A insistência no tema "reorganização administrativa autárquica no concelho de Santa Comba Dão, por parte dos senhores deputados do partido socialista é evidenciadora do seu incómodo para com um assunto trazido à ribalta pelo partido socialista apenas.

Pena tenho que esta insistência seja extemporânea. O partido socialista quer agora discutir um assunto que, parece-me, já está decidido, que teve oportunidade de se pronunciar em tempo próprio.

Não o fez mas quer agora que os Santacombadenses pensem que nada têm a ver com o assunto, que sempre se desmascararam duma medida que foi o governo socialista que planeou, discutiu, convenceu alguns, e assinou um documento, o famoso memorando da Troika, antes das eleições legislativas, e que comprometeu irremediavelmente o governo que se seguiu, e disso o partido socialista também não quis saber: assinou e vinculou o governo seguinte, mas como não conseguiu a sua reeleição, logo a seguir, demarcou-se imediatamente de todos os compromissos errados que tinha acabado de assumir.


E falaram aqui, nesta casa, há pouco, em seriedade política?

Onde está essa seriedade política neste processo?

O partido social-democrata podia ter-se pronunciado sozinho nesta assembleia?

Não, aquilo que se pretendia era que a assembleia se pronunciasse, o conjunto dos deputados eleitos, senão eu pergunto, o partido socialista só está aqui representado para as boas notícias? Não, sei que não, daí ter sido importante que a deliberação fosse conjunta.

Mas assim como o partido social-democrata se poderia ter manifestado e, consequentemente a assembleia municipal se ter pronunciado, também o partido socialista o poderia ter feito, apesar de não ter maioria, porque se os senhores deputados acreditam que só vale a pena ocupar estes cargos quando



estamos do lado da maioria, estarão a subverter todo o sistema democrático que só funciona com a pluralidade partidária. Essa é a minha forte convicção.

Mas a verdade é que nunca aqui foi apresentada uma proposta de pronúncia por parte do partido socialista, uma única, e agora decide discutir um assunto que parece já estar decidido, pela leitura que faço dos jornais que leio, da legislação que vai saindo e das decisões que já foram comunicadas aos interessados.

Sendo assim, o que pretende com a introdução deste assunto, infelizmente, quase encerrado, em praticamente todos os pontos da ordem do dia?

Só podem ser remorsos: remorsos por não se terem pronunciado em devido tempo, quando o podiam ter feito, e não só podiam como deviam, não obstante entrarem em total contradição com o compromisso que o partido socialista nos vinculou a todos!

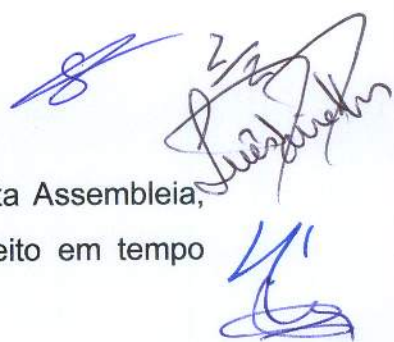
Para emendar a mão, trazem o assunto a discussão, com acusações graves, como as que foram dirigidas aos senhores deputados do partido social democrata no início desta sessão, reservando-se estes o direito de a elas reagir quando a ata estiver na nossa posse, quando já passou, há muito, o prazo de pronúncia da Assembleia Municipal.

A preocupação apresentada nesta sessão por este assunto hoje, é totalmente irrelevante pois é tardia e não manifestada em tempo próprio. Aos Santacombadenses interessava sim, que essa preocupação tivesse sido revelada em tempo próprio e pelos meios próprios para que tivesse o significado devido, independentemente do seu sentido.

A ligeireza com que este assunto foi tratado, tendo em conta que havia aqui deputados que inclusive, duvidavam que a lei fosse promulgada, conduziu a este resultado, a uma não pronúncia da Assembleia Municipal, do órgão colegial que delibera em conjunto.

À bancada do partido social-democrata resta, mais uma vez, lamentar que em tempo próprio esta Assembleia não se tenha pronunciado sobre o assunto mas essa responsabilidade a bancada recusa-se a aceitar tendo em conta os esforços envidados e devidamente registados em ata, pelo partido social-democrata para que este órgão se pronunciasse como era sua obrigação.

Como não o fez, a decisão foi imposta e a nós, membros desta Assembleia, resta-nos reflectir sobre o que não fizemos e devíamos ter feito em tempo próprio, não agora!



Handwritten signature in blue ink, possibly reading "Justine" or similar, with a date "2/2" written above it.